

Entre areia, mar, barcos e pedras, a Praia da Ponta dos Ganchos, em Governador Celso Ramos, guarda a bravura de Dona Naca, especialista em montar redes de espera, principalmente a eficiente fêliceira. Sob a sombra do único rancho de pesca comandado por uma mulher, Naca é referência na luta pela emancipação das trabalhadoras do mar.

# ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 2016 - ANO XXXV, NÚMERO 3

## MULHERES NA PROA

A luta das pescadoras catarinenses por direitos, em um cenário marcado pela discriminação de gênero e invisibilidade nas políticas sociais

### Plano Diretor

MP determina a realização de audiências públicas Pág 10 e 11

### Cultura do Estupro

Comportamentos que naturalizam a violência contra a mulher Pág 6 e 7

### Edu Vieira

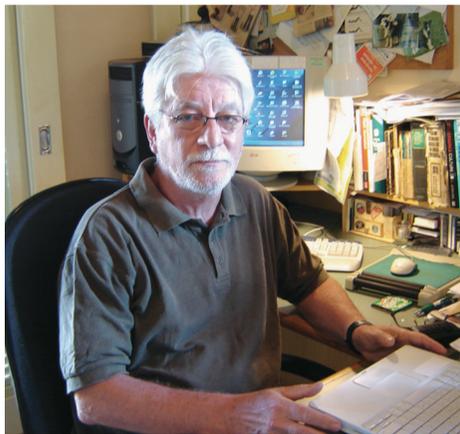
Começam as obras de duplicação da via no Pantanal Pág 14 e 15

## EDITORIAL

O caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro reacendeu o debate nacional sobre violência contra a mulher. Pela importância que a equipe do *Zero* vê em discutir questões de gênero, trazemos três reportagens sobre o assunto na edição deste mês. Como estudantes de Jornalismo seria negligência, num país em que a cada 11 minutos uma mulher é estuprada, não tocar no tema cultura do estupro. As repórteres explicam nas páginas 6 e 7 como a naturalização do machismo viola direitos das mulheres.

Ainda sobre direitos das mulheres, a matéria de capa levanta um debate sobre gênero na atividade pesqueira. Os repórteres foram atrás de pescadoras do Estado e mostram a necessidade da criação de políticas de trabalho específicas para essas mulheres. Finalizando a temática com um olhar para Florianópolis, o *Zero* traz uma reportagem sobre a ADEH, uma associação em defesa dos direitos humanos com enfoque na sexualidade de uma parcela da população.

## OMBUDSMANN



Carlos Castilho

Carlos Albano Volkmer de Castilho é integrante da direção do Observatório da Imprensa e professor de Jornalismo Online. Possui mestrado e doutorado no Departamento de Engenharia e Gestão do Conhecimento na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pós doutorando no Programa de Pós Graduação em Jornalismo (POSJOR), também na UFSC.

A edição de maio de 2016 tem ótimas matérias, mas na falta de espaço para analisá-las em detalhe, serei obrigado a me deter em apenas uma, a história sobre o Campeche.

Um tema atualíssimo e polêmico, que afeta a vida de milhares de pessoas, muito bem redigido e estruturado,

mas que foi tratado da forma convencional, como nos grandes jornais. Faz-se um conjunto de entrevistas, reúne-se estatísticas e depois se faz uma colagem de argumentos e contra argumentos, entremeados de dados, que raramente são contextualizados. Quando o leitor termina de ler, a sensação mais comum é de muita informação e poucas certezas.

O crescimento imobiliário desordenado do Campeche é um tema complexo por natureza porque envolve ambiente, economia, política e sociedade. Assim, o editor está diante de um dilema: tratar o tema de forma global com declarações das partes envolvidas, alguns gráficos e tabelas, deixando que o leitor tente chegar a uma conclusão; ou então focar numa parte do problema, investigar no local e nos arquivos, ouvir protagonistas locais, buscar explicações teóricas quando necessário, para chegar a uma conclusão, que pode ou não ser aceita pelos leitores.

Quando a informação era escassa, problemas como o crescimento demográfico podiam ser simplificados com abordagens do tipo contra ou a favor. Mas hoje estamos na era da abundância de informações, o que torna complexa a análise de questões como preservação ambiental. O jornalista não pode mais achar

Na editoria de cidade, trazemos uma reportagem sobre o Plano Diretor da capital. Questões ambientais são retratadas na matéria sobre a situação do Manguezal do Itacorubi, segundo maior mangue urbano do Brasil. A duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, no bairro Pantanal, ilustra a reportagem das páginas 14 e 15. Encerrando o assunto obras públicas, nossos repórteres foram na Barra da Lagoa para entender o impasse na construção da ponte na Fortaleza da Barra.

A reportagem sobre a interdição de bailes funk na capital busca entender se a divergência entre polícia e organizadores desse tipo de evento é ou não fruto de preconceito. E não podíamos deixar de falar do *Zero* nesta edição. O nosso jornal foi incluído na história da imprensa do estado. As edições antigas podem ser conferidas no acervo digital da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Boa leitura!

que consegue publicar sempre o que é certo e o que é errado. O máximo que podemos é tentar descobrir parte da verdade, ou parte do erro. A onipresença do contraditório nos força a investigar as alegações das partes envolvidas, porque elas quase sempre embutem um viés pessoal.

Mas como é difícil fazer isto em temas complexos e em pouco tempo, o jeito é pegar uma parte do problema e tratá-la em profundidade para que o leitor entenda, pelo menos, parte da questão. É indispensável ir ao local do problema, ouvir os seus protagonistas e não apenas os especialistas e grupos organizados. A reportagem focou na balneabilidade mas tratou mais dos planos de saneamento. Teria sido mais efetivo deter-se na balneabilidade e investigá-la a fundo, com fatos, fotos e participação dos repórteres. Uma reportagem investigativa e participativa atrai mais a atenção do leitor do que uma colagem de depoimentos de especialistas e líderes comunitários.

Caros leitores, não sobrou espaço para a gente conversar sobre porque o jornalista não pode mais ser um observador distante numa reportagem investigativa, mas isto falamos no próximo número do *Zero*.

Parabéns a todos os que participaram da edição de maio.

## CRÔNICA

### A seleção de Tite POR GABRIEL NEVES

A precoce eliminação da Seleção Brasileira na Copa América enterrou de vez a pouca moral que a camisa amarela teve nesses últimos anos. Entre os cozeiros presentes no velório, estavam o Equador, Peru e o Haiti. O último foi parceiro e caiu conosco. Os jogos da Seleção Brasileira transmitidos na TV têm sido uma ótima oportunidade para fazer outras coisas. Não há surpresa nessa eliminação.

A Seleção ainda tem sequelas da catástrofe do 7 a 1. Dunga foi contratado 12 dias após a sapecada. De lá pra cá, o ex-capitão da Seleção comandou a equipe canarina por 26 partidas. Foram 18 vitórias, cinco empates e três derrotas. Uma prova de que nem sempre os números importam.

Dunga está fora e deu lugar ao treinador mais pop da atualidade. Adenor Leonardo Bacchi, o Tite, é um nome cotado para treinar a seleção desde o final da Copa de 2014. Foi nesse período que decidiu aprender como o futebol é jogado na Europa. Passou sete meses conhecendo o trabalho dos grandes times e, em sua volta ao Brasil, teve a chance de por em prática o que

viu. É o comandante mais vencedor da história do Corinthians. Ganhou de tudo. Entre as premiações foram dois Campeonatos Brasileiros, uma Copa Libertadores, um Mundial de Clubes e uma Recopa Sulamericana. Um currículo autoexplicativo.

Tite precisará dar alta a uma seleção que respira por aparelhos. Definir um esquema tático - provavelmente o 4-1-4-1 que fez sucesso no Corinthians no ano passado - resgatar a confiança dos jogadores e da própria torcida. Dar tapa na mesa pra acordar quem está dormindo. Marcar amistosos com grandes seleções.

Acredito que um primeiro passo foi dado. O Adenor precisa de tempo, pois não terá como treinar seus jogadores diariamente como em um clube. Tem a fama de ser leal com os atletas e de não aturar vaidade dentro de um grupo. Em campo, ele precisará fazer com que seus comandados entendam seu conceito de jogo. Tite deve começar pela defesa, que é o seu forte. Com certeza a ideia inicial será, pelo menos, não ser mais vazado sete vezes.

\*\*\*\*\*  
**ZERO**

**JORNAL LABORATÓRIO ZERO**  
Ano XXXV - Nº 3  
Junho de 2016

#### PARTICIPE!

Mande críticas, sugestões e comentários:

✉ zeroufsc@gmail.com

☎ (48) 3721-4833

f /jornalzero

🐦 @zeroufsc

Departamento de Jornalismo - Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Trindade, Florianópolis (SC) - CEP: 88040-900



3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil  
**EXPOCOM 1994**



Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca  
**Sindicato dos Jornalistas de SC 2000**



Melhor Jornal-Laboratório  
**EXPOCOM SUL 2015**



Melhor Jornal-Laboratório do Brasil  
**EXPOCOM 2015**



Melhor Peça Gráfica  
**Set Universitário / PUC-RS**  
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

#### EQUIPE

Amanda Casemiro, Ana Carolina Vaz, Carol Andrade, Felipe Freitas, Gabriel Daros, Gabriel Neves, Gabriela Bankhardt, Gabriela Pederneiras, Gabriela Prestes, Gustavo Cruz e Silva, Icaro Navarro, João Marcos Halliday, Juliana Fernandez, Leonardo Filomena, Lívia Rezende, Lucas Weber, Luciane Toledo, Luisa Scherer, Malena Wilbert, Manuel Vitart, Marina de Oliveira, Matheus Alves, Michel Gomes, Miriam Amorim, Nahomie Laureore, Pedro Stropasolas, Roberta Bucheler, Rubens Lopes, Vitor Shimomura, Willian Rotta

#### EDIÇÃO

Gisele Flôres e  
Taynara Nakayama

#### CAPA

Vitor Shimomura

#### PROFESSORES RESPONSÁVEIS

Janara Nicoletti

SC 02957 JP

Frederico S. M. de Carvalho

SC 01787 JP

#### MONITORIA

Cintya Ramlov e Fernanda Costa

#### IMPRESSÃO

Gráfica Grafinoorte

#### TIRAGEM

5 mil exemplares

#### DISTRIBUIÇÃO

Nacional

#### FECHAMENTO

27 de junho

# Biblioteca Estadual leva acervo de 30 anos do Zero para a rede

Jornal entra para a relação de impressos digitalizados em Santa Catarina

A Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC) entregou a digitalização do acervo do Jornal *Zero* aos professores representantes do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O lançamento do acervo ocorreu na mostra de jornais em versão digital no início de junho como comemoração do aniversário de 162 anos da instituição. A digitalização foi realizada pela Hemeroteca Digital, um projeto da Biblioteca Pública em conjunto com a Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc) e a Fundação Catarinense de Cultura (FCC).

Ao todo, reúne aproximadamente 2,7 mil páginas de conteúdo com as três décadas de história do jornal. O bibliotecário e coordenador técnico do setor de jornais da BPSC, Alzemir Machado, foi o responsável pela digitalização do *Zero*. Para ele, a compilação e a organização das edições do periódico aumentará a procura pelo jornal, tanto para registro como referência em trabalhos acadêmicos. “A procura por jornais tende a ser maior com materiais de mais de 20 anos. Eles começam a ser objeto de TCCs, teses de doutorado”, afirma.

Com a digitalização, o *Zero* passa a integrar o conjunto de obras da história da imprensa de Santa Catarina. “Nossa coleção não é encontrada em nenhuma outra biblioteca. Temos jornais publicados desde 1831, bem como *O Catharinense*, primeiro a ser publicado no estado. Ao disponibilizar seu acervo de modo digital, a biblioteca democratiza o acesso a informação e cumpre seu dever de guardião da história catarinense”.

Criado em setembro de 1982, o *Zero* é o primeiro jornal laboratório produzido inteiramente por estudantes do curso de Jornalismo da UFSC. Com aproxima-



Foto: Malena Wilbert/Cotidiano UFSC

**AO TODO FORAM 180 EDIÇÕES DIGITALIZADAS, NUM TOTAL DE 2,7 MIL PÁGINAS**

madamente 180 edições já publicadas, o periódico possui tiragem mensal de cinco mil exemplares, distribuídos por toda Santa Catarina. Pautados por temas que fogem do lugar-comum da grande imprensa, o jornal contou com coberturas extensivas sobre grandes tópicos de repercussão em seu contexto de publicação. O trabalho já recebeu dez prêmios no decorrer de sua existência, dentre eles o Expocom nas edições Sul e Nacional, o Prêmio Foca do

Foto: Gabriel Daros/Zero



Pioneiros do jornal universitário prestigiados no evento de aniversário da BPSC

Sindicato de Jornalistas de Santa Catarina e o Set Universitário.

Editor-chefe do jornal por 26 anos, o professor do curso de Jornalismo da UFSC Ricardo Barreto, atribui este reconhecimento ao empenho e à dedicação dos alunos na produção de suas matérias. “Sempre tivemos uma ideia fixa de fazer um registro histórico do que a gente está retratando no jornal – seja no âmbito internacional, nacional, regional ou até local. Então, éramos muito exigentes no rigor, no apuro das pautas, para fazer com que o jornal desse conta de fidelizar esses registros”.

O *Zero* também serviu como o pontapé para a experiência dos alunos com veículos impressos. Anteriormente funcionando como disciplina optativa, os estudantes que participavam da produção tinham pretensões de trabalhar em jornais diários quando chegassem no mercado de trabalho. Até hoje, os materiais produzidos também servem de portfólio na hora de tentarem vagas de emprego.

Histórias retratadas no jornal também fazem parte do apego emocional de estudantes da UFSC. Na década de 1990, uma matéria do *Zero*, não disponível no acervo, trazia uma exposição que misturava fotos de uma viagem para o Chile, poesias e colagens. O registro foi realizado pelo então casal de estudantes Waldemar e Linda Santos – esta, na época, grávida. Hoje, o filho do casal, Kainã Pacheco Santos, é aluno de Jornalismo da UFSC e se sensibiliza com a história. “Tenho um apego sentimental, sem dúvida, da UFSC como um todo. Saber que meus pais se conheceram aqui e tiveram a história contada no jornal”.

Nem todas as edições encontram-se no acervo. Responsável pela edição na época, Barreto explica que a falta de atenção de outros professores pode ser um dos motivos. “Muitos deles não tiveram o cuidado de armazenar os exemplares, não enviam sequer para nossa biblioteca”. Outro fator pode ser a popularidade de algumas edições, que teriam se esgotado rapidamente após a publicação. “A edição-documento sobre Florianópolis é uma que está esgotada. Fizemos um resgate de fotos históricas das décadas de 30 a 40 de um único fotógrafo famoso na época e comparativamente a gente retomava as mesmas fotos do mesmo ângulo para mostrar as transformações que a cidade passou. Acabaram porque despertaram muito o interesse do público, mesmo aqui no âmbito da universidade.”

Icaro Navarro

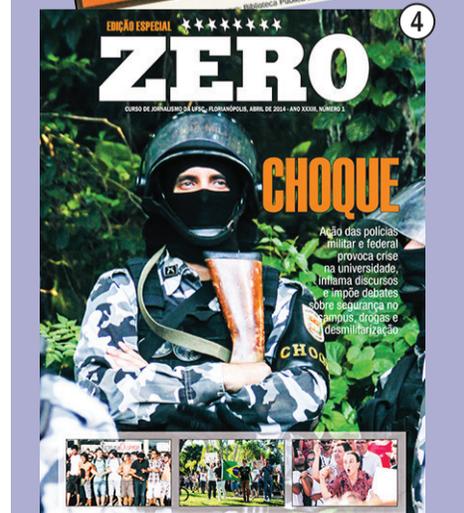
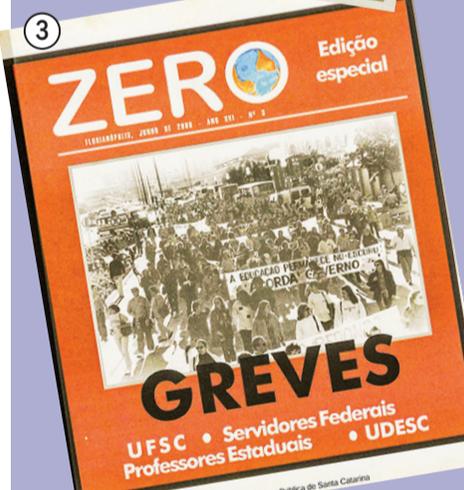
navarro.icar@gmail.com

Gabriel Daros Lourenço

gdarosl@gmail.com

## História do Zero

- 1 - Zero 1982- Pesquisa de voto para Governador de Estado na UFSC.
- 2 - Zero 1992- Impeachment do Collor.
- 3 - Zero 2000- Greve na UFSC.
- 4 - Zero 2014- Conflito com a PM no campus da UFSC.



# Sem alvará, bailes funk desafiam a polícia da capital

No primeiro semestre deste ano, dez festas foram interditadas em Florianópolis por falta de licença

**L**á na Mariquinha é o fluxo”, conta o funkeiro manezinho que prefere não ser identificado. A frase responde a pergunta sobre onde costuma ter baile funk em Florianópolis. “Mas lá só sobe quem conhece. Tem um doidão lá que é o patrão do negócio. Eu nem vou muito, mas sei que é uma loucura. É arma pra cima e o coro come, não tem essa”.

O Morro da Mariquinha é uma comunidade na região central da cidade, localizada no Maciço do Morro da Cruz. É um dos locais onde frequentemente acontecem os chamados “bailes de favela” na capital catarinense. Não que todos saibam - ou devessem saber. “Na Mariquinha não tem, nunca recebemos denúncia”, diz a delegada de Polícia Civil, Michele Alves Corrêa, que comanda a Gerência de Fiscalização de Jogos e Diversões em Florianópolis. “É mais no norte da ilha, ali na Vila União, também conhecida como Favela do Siri, indo pro Costão do Santinho. No Morro da Penitenciária e na Serrinha também tem bastante”.

A legislação não proíbe a realização de bailes funk e, desde 2013, a Comissão de Cultura reconhece o ritmo como “manifestação cultural popular digna do cuidado e proteção do Poder Público” através do Projeto de Lei 4124/2008. O texto do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) assegura aos artistas do gênero o respeito aos seus direitos, e ao movimento funk, a livre realização de suas atividades e de manifestações como festas, bailes e reuniões.

As regras são as mesmas para qualquer festa. “A polícia não é contra o funk. Qualquer evento pode acontecer, seja funk, rock ou jazz, desde que a licença seja obtida”, explica a delegada. Os documentos exigidos para ter a permissão são um contrato assinado com uma empresa de segurança cadastrada na Polícia Federal, um comprovante que garanta a presença de uma ambulância médica no local e, no caso de montagem de palco, o alvará de liberação do Corpo de Bombeiros. “O pessoal às vezes ainda acha caro. A licença da Polícia Civil é 18 ou 19 reais, independente do evento ser para 500 ou 5 mil pessoas”, diz Michele. Além da licença da Polícia Civil, o organizador precisa de um alvará da Prefeitura de Florianópolis.

A Favela do Siri acha caro - pelo menos o “dono do baile” de lá acha. “Precisa ter um monte de bagulho. Ela (delegada) fala que é pra ir lá só pegar alvará, mas quando chega lá tem um monte de coisa. Nunca tentei e nem quero tentar. Não tem como. Eu nunca vou ter um local que combine com as características que ela quer, entende?”, reclama o organizador que também prefere não ser identificado. Morador há quatro anos na comunidade, diz ser o

único que promove baile funk no local. “Aqui no Siri só eu que faço. Tenho um acordo com a comunidade, com o corre e com o tráfico. Eu tive a ideia, então só eu posso fazer. Existe uma gravação desse acordo e o pessoal respeita”. Ele conta que largou o tráfico de drogas há dois anos para trabalhar com funk e hoje lucra cerca de R\$3 mil por baile que realiza no Siri. “Tiro uns cinco mil por semana, quase 30 mil por mês. Só que tenho que pagar várias coisas, *promoter*, divulgação, som. Pra mim, de lucro mesmo, fica uns R\$3 mil limpo”.



Foto: Gabriel Neves/Zero

**Número de ocorrências aumenta com festas de funk**

**“POSSO FAZER EM QUALQUER OUTRO MORRO AÍ, AQUI É TUDO FECHAMENTO. OS GURIZÃO SÓ FALAM: VEM, O MORRO É TEU”**

O “Baile do Siri” aparece na relação dos dez últimos interditados pela Polícia Civil em Florianópolis no primeiro semestre de 2016. A festa que seria realizada no dia 22 de abril foi interditada horas antes de começar. “Nós recebemos muitas denúncias e estamos ligados em vários grupos que costumam organizar festas pelas redes sociais. Mas a maioria é denúncia. A própria comunidade denuncia. E nós sempre procuramos agir antecipadamente, e não chegar quando o evento já está ocorrendo, com muitas pessoas no local”, afirma Michele Alves Corrêa. A delegada diz que a abordagem é feita de forma pacífica e que, quase sempre, consegue entrar em acordo com o responsável para que transfira a data do evento de forma legal.

O dono do Baile do Siri conta que nesse mesmo dia transferiu a festa para o Morro da Penitenciária e não teve prejuízo. “A delegada me proibiu de

fazer aqui. Eu liguei pro mano lá do Morro e fiz lá na Penita. Já tinha dado R\$5 mil adiantado pro MC G15, não ia sair no prejuízo. Tive só três horas de divulgação e bombou. Foi um dos melhores bailes que eu já fiz”, revela o organizador. Ele diz que os bailes em Florianópolis são sempre realizados em comum acordo com todas as comunidades e que “o pessoal sempre se ajuda”. “Vários coronel, sargento, capitão da PM me ligando, dizendo que não ia ter o baile porque eu não tinha alvará. Nem dei bola. Posso fazer em qualquer outro morro aí, aqui é tudo fechamento. Os gurizão só falam: vem, o morro é teu. Daí fiz lá”.

As casas noturnas do Norte da Ilha são uma alternativa encontrada por quem prefere arcar com os custos e formalizar as exigências da Polícia Civil. “Agora muitos estão ocorrendo em baladas fechadas ou estabelecimentos que já têm toda a documentação e, inclusive, tem acústica”, diz Michele. Mesmo assim, ela garante que, independente do local, o número de ocorrências de perturbação do sossego é maior para festas relacionadas ao funk. “O Norte da Ilha é a região que mais incomoda com isso. Recebo muitas denúncias. E pela minha experiência de já ter trabalhado por lá algum tempo, posso afirmar que quando o evento é de funk, o número de ocorrências é maior do que, por exemplo, um sambão ou dia de sertanejo ou jazz. Não sei atribuir o motivo disso e também não sei se é questão de organização”.

No ano passado, a Gerência de Fiscalização de Jogos e Diversões interditou uma festa que aconteceria em um estabelecimento da Avenida das Rendeiras, na Lagoa da Conceição. O evento foi divulgado como baile funk e, segundo a delegada, o proprietário da casa não tinha os documentos atualizados. “Aliás, lá houve uma tentativa de homicídio com os seguranças realizando disparos com arma de fogo, bem no dia de funk. Inclusive esse inquérito policial já foi concluído e encaminhado ao judiciário”. Michele afirma que não existe nenhum tipo de preconceito musical por parte da polícia e que o procedimento é o mesmo em qualquer tipo de evento. “Nós não temos nada contra o funk. Tanto é que já foram feitos bailes em locais que estavam tudo certinho e a gente autorizou. Estamos fazendo nosso papel de orientar. Se não for pelo bem, vai ter que ser pelo mal. E eles estão sentindo na pele agora com as interdições”.

.....  
Ana Carolina Vaz

anacvazz@gmail.com

Juliana Fernandez

julianafernandez94@gmail.com

# Travestis e transexuais exigem direitos

Luta da população LGBT mostra que a cidade das revistas de turismo ainda não é para todos

**D**e acordo com dados levantados por associações de turismo, Florianópolis é uma das cidades mais amistosas com os visitantes homossexuais. Além disso, segundo o Censo Demográfico de 2010, 0,11% da população florianopolitana partilha o domicílio com parceiros do mesmo sexo. O número real é possivelmente maior, devido à inibição de alguns e ao fato de que o dado refere-se apenas a parceiros que vivem juntos.

No terceiro andar de um prédio da Rua Trajano, no Centro de Florianópolis, a Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH) luta para trazer essa versão da cidade onde tudo são flores a toda a realidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), não apenas a viajantes.

Lirous K'yo Fonseca prefere outra sigla. Presidente da ADEH, ela defende o uso do T como primeira letra – TLGB. “Como a instituição é majoritariamente composta por travestis e transexuais, a gente traz essa visibilidade na sigla. É uma forma de protesto e provocação”. De acordo com Fonseca, a ADEH é a única instituição que trabalha especificamente com travestis e transexuais, pois o intuito é trabalhar com a população mais vulnerável: enquanto o brasileiro hoje tem uma expectativa de vida de 75 anos, a de transexuais e travestis é de 35.

A associação foi idealizada em 1992 numa Florianópolis em que travestis eram vítimas constantes de violências. A travesti Clô lutou e conseguiu espaço para uma sede provisória junto ao Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (Gapa). Ela tinha uma postura combativa, declarando à imprensa que o secretário de Segurança Públi-

ca da época “não gostava de homossexuais”, e que a Polícia Militar seria “a pior de todas”, já que a Civil “nos respeita”. Distribuiu camisinhas e conversava com as trabalhadoras do sexo sobre a importância da prevenção e prática de sexo seguro, pois ela própria era portadora do vírus HIV.

Clô acabou sendo vítima da brutalidade policial, quando defendia outras travestis de uma ação da Polícia Militar, o que a levou à depressão e à morte, em 1995. Acusados de homicídio culposo, os policiais que a agrediram acabaram inocentados. A morte de Clô significou também uma interrupção nas atividades da ADEH, que foram retomadas apenas em 1999, com nova composição e reformas estruturais.

**TODOS ESTÃO ALI COMO VOLUNTÁRIOS, E A LUTA PARA PAGAR AS CONTAS É MENSAL.**

Os serviços mais procurados da instituição hoje são os testes gratuitos de Aids e DSTs (doenças sexualmente transmissíveis). São feitos até 70 testes por mês, sendo que a procura é maior entre a população cisgênero.

Na sede da ADEH ainda são vendidos os artigos do projeto de Economia Solidária, como roupas, *bottons*, entre outros. Fabrizia de Souza, secretária executiva da ADEH, vende ali canecas de sua confecção. Ela explica que 50% das vendas são destinadas à instituição e 50% ficam com o fabricante. Todos estão ali como voluntários, e a luta para pagar as contas é mensal.

Foto: Lucas Weber/Zero



Lirous (esq) aponta que travestis e trans são vítimas constantes de violência

É nesse mesmo ambiente que ocorre toda segunda-feira, às 19h, o projeto “Segundas Transtornadas”, parceria com o Núcleo Margens – Modos de Vida, Família e Relações de Gênero, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A ideia é ser um espaço de encontro e discussão, para pessoas que passam por situações parecidas e buscam um local de acolhimento. Há pouco tempo também passaram a acontecer rodas de conversa para familiares de LGBTs.

O encontro entre a ADEH e o Margens aconteceu em 2010. Buscando que os estudos acadêmicos beneficiassem a essa população, Maria Juracy Toneli, coordenadora do Núcleo, iniciou atendimentos psicológicos gratuitos. Hoje, discute a elaboração de pareceres para entrada jurídica no Processo Transsexualizador (cirurgia de mudança de sexo). A fila de espera dura de 15 a 20 anos.

Além da assistência jurídica para o processo transsexualizador, a ADEH também oferece orientação para retificação de nome e sexo no registro civil, um processo lento na Justiça catarinense. A associação possui o voluntariado de três advogados, além de parcerias com o Escritório Modelo de Assistência Jurídica (Emaj), do Curso de Direito da UFSC, e o Escritório de Atendimento Jurídico (Esaj), do Cesusc.

Paulo Euclides Marques, advogado, trabalha com a ADEH desde 2011. Para ele, o Estado e o Poder Judiciário local são conservadores com o grupo LGBT. Aponta que o Ministério Público ainda dá pareceres desfavoráveis a registros de casamento entre pessoas do mesmo sexo, mesmo após a decisão do Conselho Nacional de Justiça que legitimou essas uniões.

Outra parceria importante da ADEH nos últimos anos é com assistentes sociais voluntárias, como Elisani Bastos. A associação recebe diariamente demandas como as violações de direitos humanos e dificuldades de acesso aos serviços de saúde pela população LGBT. Bastos aponta que os profissionais que atuam na rede socioassistencial muitas vezes reproduzem os preconceitos correntes da sociedade. A ADEH tem realizado capacitação com profissionais que atuam no poder público, buscando melhorar o atendimento às especificidades dos LGBTs.

O Relatório de Violência Homofóbica no Brasil, de 2013 (o último divulgado), aponta que, naquele ano, foram registradas 1965 denúncias de 3398 violações relacionadas a identidades de gênero ou orientação sexual. Porém, o próprio relatório afirma que as violências ocorridas cotidianamen-

Foto: Lucas Weber/Zero



A ADEH reúne maioria trans e travesti

te contra os LGBT são “infelizmente muito mais numerosas do que aquelas que chegam ao conhecimento do poder público”.

Santa Catarina recebeu 35 denúncias em 2013, por meio do serviço de atendimento telefônico gratuito da Ouvidoria da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Disque 100. Como centro de referência em direitos humanos, a ADEH também recebe denúncias, que geralmente envolvem violências físicas e morais, e busca o encaminhamento adequado.

A ADEH teve um papel inicial importante na implantação de um projeto de ambulatório que atendesse especificamente travestis e transexuais, articulado pelo médico Thiago Campos junto à Secretaria Municipal de Saúde e à Prefeitura de Florianópolis. O projeto é baseado em um posto de saúde em Montevidéu, no Uruguai, onde, por um dia da semana, realiza esse tipo de atendimento. Em Florianópolis, é realizado no Centro de Saúde da Lagoa da Conceição, às segundas-feiras à noite.

Além de um médico da família e um psiquiatra fixos, a unidade conta com escalas alternadas de médicos, residentes e estagiários, que prestam a atenção primária. O objetivo a longo prazo é que o atendimento à população trans seja humanizado e específico em toda a rede municipal e o ambulatório deixe de ser necessário. O Ministério da Saúde e representantes de outros estados já fizeram visita ao ambulatório; o Governo do Estado, ainda não. ☹

Gustavo Cruz

gcsilva91@hotmail.com



# A cultura que estupra e mata mulheres

Naturalização do comportamento machista e a violência de gênero no país vitimiza 70 mil brasileiras por ano

**O** que tinha tudo para ser mais um roubo de celular, tornou-se um peso constante na vida da Rita\*, na época com 18 anos. Depois de anunciar um assalto e exigir seus pertences, o homem de cerca de 50 anos impediu-a de ir embora e a obrigou a caminhar com ele durante mais de três horas. Em determinado momento, o assaltante pediu que o beijasse e disse que se a jovem fizesse isso, estaria livre. Rita se lembra até hoje do gosto de cigarro na boca do estranho e do medo que sentia quando pensava que poderia ser estuprada ou morta. Depois de mais algum tempo de mãos dadas com o agressor, que disse ter feito a mesma coisa com outras três mulheres, Rita foi liberada. A história da estudante, que até hoje tem dificuldade de andar sozinha na rua, faz parte da parcela invisível da cultura do estupro: o ato em si não é concretizado mas a violência está presente no poder que o homem pensa ter sobre qualquer mulher.

O estupro coletivo da adolescência no Rio de Janeiro causou choque na maioria dos brasileiros. O horror não foi causado pelo crime de estupro - uma constante no noticiário - e sim pelo número de estupradores envolvidos e pela divulgação nas redes sociais. Ao compartilhar o vídeo e as fotos da adolescente, os criminosos demonstraram não temer as implicações judiciais. Além disso, não consideraram seu comportamento uma atrocidade.

A ideia de que o estupro é cometido por homens loucos ou que não conseguem “segurar” seus instintos

sexuais é falsa. O estupro é uma relação de poder. É o pensamento enraizado de que o homem tem direito sobre o corpo da mulher.

A sociedade que se choca ao ver uma menina de 16 anos estuprada por vários homens é a mesma que fecha os olhos para aquele que faz “piadas” misóginas, que assovia para mulheres na rua, que força o beijo na balada.

Casos de violência sexual e feminicídio são a espuma de uma onda de cultura do estupro que produz esses comportamentos ao diminuir e objetificar a mulher. Gleidiane Ferreira, mestrandia em História Cultural na UFSC e pesquisadora de Práticas Sexuais Criminosas, explica que “cultura do estupro é a naturalização e a relativização da violência sexual. Ela fundamenta a violência física e simbólica que envolve a violação do direito das mulheres aos seus próprios corpos”. As estatísticas refletem essa realidade: a cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil segundo dados do 9º Anuário da Segurança Pública de 2015.

Hoje, o estupro é considerado crime hediondo. Pela naturalização dessa cultura na nossa sociedade, o cenário só mudou há pouco tempo. Falar de abuso sexual é falar sobre a história da mulher. Aglair Bernardo, mestre em Antropologia Social e doutora em Literatura pela UFSC, lembra que os estupros coletivos praticados por jovens solteiros no fim da Idade Média

eram um rito de passagem. “Segundo o historiador Georges Duby, eles eram autorizados a isso. As principais vítimas eram mulheres em situação

## A CADA TRÊS HORAS UMA MULHER É ESTUPRADA EM SANTA CATARINA

marginal ou precariamente integradas à família, o que não quer dizer que outras mulheres não fossem seus alvos. O historiador relata ainda que outras formas de violência contra a mulher eram igualmente aceitas. O marido podia bater com violência na mulher, matá-la e queimá-la se fosse adúltera”.

### Violência na universidade

A cultura do estupro também existe na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). No dia a dia da instituição, aparece de formas sutis na vida de alunas, professoras e funcionárias. Já houve graves casos de abuso sexual dentro do *campus*. Para Aglair Bernardo, muitos casos não adquirem visibilidade na rotina da instituição ou sequer são denunciados, principalmente quando envolvem a relação professor/aluna e entre os colegas. A estudiosa recorda dos trotes universitários, quando calouras são constrangidas com “brincadeiras” de caráter sexual que reforçam relações de dominação masculina. Segundo o Coletivo Feminista Maria Bonita, do curso de Biologia da UFSC, piadas, comentários, frases que se escutam ou se leem pelos corredores, violência verbal e física são situações que a cultura do estupro permite que aconteçam diariamente dentro da universidade. O coletivo

ressalta que caminhar sozinha à noite pela UFSC nunca foi algo tranquilo para mulheres.

A institucionalização da cultura do estupro na universidade é mais complicada pela invisibilidade do problema. Segundo o Instituto de Estudo de Gênero, os resultados dos processos administrativos após uma situação de abuso sexual por parte de professores, por exemplo, não têm efetividade e acabam por “morrer na praia”. Para o Coletivo, a única forma que alunas possuem para procurar justiça nessas situações são processos judiciais fora da UFSC, o que nem sempre é possível por fatores financeiros e medo de represália. “A cultura do estupro é institucionalizada pois, assim como na sociedade, não há garantia de que esta mulher será ouvida e que seu caso terá um desfecho de forma a reprimir o comportamento do abusador”. O Coletivo acredita que a união entre alunas, funcionárias e professoras é necessária para que casos de abuso não sejam silenciados e abafados em nome da moral de um professor que já tem a carreira consolidada na universidade.

Apesar de ser um ambiente de produção do conhecimento, a universidade reflete o padrão de opressão da sociedade como um todo. O discurso hegemônico ajuda a fomentar no imaginário do homem que toda mulher está ali para servi-lo, da forma que ele bem entender, e quando isso não acontece ele tem direito a reagir de forma violenta.

Renata\* foi vítima dessa cultura em uma festa da UFSC. “Dois caras vieram conversar comigo assim que meus amigos saíram pra ir ao

banheiro. Um deles me disse que o amigo estava atrás de mim a festa toda e queria ficar comigo. Eu olhei pro lado e o menino estava ali, mas ele não me disse nada. Quando meus amigos voltaram, eu me virei para ir embora pois não queria ficar com o menino. Nisso, ele jogou o copo de cerveja bem no meu olho. Na hora eu levei um susto, mas ele não teve reação nenhuma, para ele aquilo era normal. Eu vi muita raiva nele”. No dia seguinte, Renata\* fez uma publicação na página do evento no Facebook relatando o caso. Apesar de todos os comentários criticando o comportamento do rapaz, ele se identificou na postagem e disse que faria de novo, que a vítima “mereceu”, que ficou “feliz de ver que causou tanto” e ainda a ameaçou, chamando-a para encontrá-lo em uma próxima festa.

### Denúncia

Casos como este são recorrentes e muitas mulheres deixam de denunciar por acreditarem que o agressor não será punido. Não foi o que Renata\* fez. Apesar do acontecido não se encaixar em crimes de lesão corporal nem ameaça, a estudante foi até a delegacia e fez um boletim de ocorrência. Patrícia Zimmermann, delegada que coordena as delegacias de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI) de toda Santa Catarina, ressalta a importância de não se calar diante de atitudes que constroem as mulheres mas que, aos olhos da sociedade, parecem “nada de mais”. “Às vezes a gente consegue inibir o agressor por meio de um procedimento no tribunal de pequenas causas de modo que esse crime não evolua para outros mais graves. Então essa postura de reação já no primeiro ato é importantíssima”, relata.

A cada hora, cinco mulheres entram em delegacias de Santa Catarina para registrar queixa por ameaça. O total em 2015 foi de 48 mil denúncias. O dado é do balanço feito pela Secretaria da Segurança Pública com base nas ocorrências realizadas no ano passado. Foram registrados 2.890 casos de estupros, ou seja, a cada três horas uma mulher é violentada no estado. Estima-se que esse número represente apenas 35% dos casos. Os registros de lesão corporal contra mulheres foram quase 20 mil, uma média de 53 casos por dia. Para Patrícia, o movimento feminista no estado exerce uma função muito importante com as campanhas de informação que incentivam as vítimas a denunciar. “Muitas pessoas acham que o estupro é um problema só da

polícia. Mas os índices apontam que a maioria dos estupradores são conhecidos da vítima, o que mostra que isso é um problema social e cultural que precisamos colocar em discussão para mudar”.

### Violência psicológica

A violência contra a mulher causa um dano duplo à rotina da vítima. Além de ter que lidar com as consequências físicas e psicológicas, o trauma cerceia sua liberdade. É natural do ser humano não querer reviver a dor. Portanto, os lugares que trazem lembranças de experiências traumáticas serão geralmente evitados. Se esse lugar é uma festa ou uma rua, atitudes simples do dia a dia como ir ao mercado ou a um happy hour depois do trabalho se tornam dolorosas.

A cultura do estupro está presente nessa falta de liberdade. Deixar de

## “ESCRAVAS NEGRAS E ÍNDIAS ERAM ESTUPRADAS, ASSIM COMO SUAS FILHAS E NETAS”

ir a um lugar, não voltar sozinha da faculdade à noite, não usar roupas curtas mesmo no calor, não beber muito em festas ou bares são alguns dos vários “nãos” impostos às meninas como regras do convívio social, e são expressões claras da cultura do estupro. As negativas causam uma manipulação de comportamento que abre portas para violências maiores como controle psicológico. Gleidiane Ferreira complementa: “A cultura de estupro interfere em toda a etiqueta comportamental que as mulheres aprendem, que vai da maneira de sentar à forma que você usufrui da cidade que mora. Molda o modo como colocamos os nossos corpos na sociedade, ela estabelece um padrão muito mais recluso, tanto de gestos, como de inserção na sociedade”.

O controle emocional é uma forma invisível de violência contra a mulher ainda muito presente nos relacionamentos. Rafaela\* esteve num relacionamento tóxico por cerca de dois anos. Ela conta que seu companheiro conhecia seus medos e inseguranças e usava-os para fazer jogos emocionais, para que ela se sentisse emocionalmente dependente dele. Rafaela teve inúmeras relações sexuais com ele contra a sua vontade, deixando claro que não queria. Seu companheiro já apareceu na casa

dela mandando que se despisse, tirou fotos suas nuas e foi embora. Ao longo do relacionamento o agressor questionava e diminuía sua inteligência e beleza. Ela desenvolveu fobia social e sente dificuldade em argumentar com as pessoas até hoje. Nos momentos em que percebia o que realmente acontecia era chamada de louca.

Rafaela acredita que a cultura do estupro influencia no sentimento de dominação do agressor. “Nesse pensamento, as mulheres são postas como alternativas descartáveis de com quem se relacionar, se baseando num molde do que a gente deveria ser por ser mulher. Esse pensamento de quem reproduz o machismo, de que o homem é quem manda no relacionamento e em todas as situações, é o que dá segurança para ele sempre dar o ponto final e ter o controle sob as ações da companheira”.

Danos psicológicos e fobia social estão além da capacidade de resolução das delegacias. Os policiais oferecem soluções práticas, mas nem por isso o atendimento deixa de ser específico. Em Santa Catarina, as delegadas e delegados escolhidos para o atendimento das Delegacias da Mulher são selecionados por seu perfil profissional. “No caso dos delegados de polícia, passamos por um processo promocional onde a gente escolhe vaga. Aí é lei, não tem como proibir homens de escolher vagas em aberto em delegacias da mulher. O que a gente trabalha é com profissionais de perfil. Eu tenho homens que tem um perfil excepcional no trabalho, mas chegou uma vítima de estupro, a orientação é que o primeiro contato seja feito com mulheres, já que as equipes são mistas”, explica a delegada Patrícia Zimmermann.

A violência contra a mulher virou pauta no noticiário, nas discussões de bar, na universidades e dentro de casa. A desconstrução da cultura do estupro caminha a passos lentos e ainda causa muito desconforto em uma sociedade acomodada, que coloca o homem em posição de privilégio e a mulher como submissa. A delegada Patrícia defende que para alcançar uma comunidade igualitária é preciso discutir

gênero nas escolas. “A gente tem que ensinar desde a primeira idade nas escolas a trabalhar as diferenças, a respeitar o outro. Temos que ensinar que a mulher não é objeto do homem. Se nós não enfrentarmos, se nós não debatermos, a mulher vai ficar cada vez mais oprimida”.

Rafaela compartilha da opinião da delegada. Tem um filho de um ano, e quer ensinar desde cedo que não existe tarefa de homem ou de mulher. “Ele já tem vassoura, rodo e panelinhas de brinquedo e esses dias me ajudou a fazer um bolo. Quando limpo a casa e ele está junto, sempre incentivo a pegar a vassoura dele e varrer junto comigo. Os planos futuros são reforçar a questão de consentimento, respeito ao espaço de convívio e total anulação dessa divisão de brincadeiras do que é de menino e o que é de menina. Acho que a educação dessa geração que tá surgindo aí é a essência de tudo que a gente pode fazer pra acabar com todos os preconceitos e violências”.

*\*Nome fictício para preservar a identidade das mulheres.*

**Gabriela Pederneiras**

pederneiras.g@gmail.com

**Gabriela Prestes**

gabrielaprestesf@gmail.com

**Luisa Scherer**

scherer.luisa@gmail.com

### ATITUDES VISÍVEIS

Femicídio  
Agressão física  
Assédio sexual  
Ameaça  
Estupro

### ATITUDES INVISÍVEIS

Chantagem emocional  
Humilhação  
Privação de direitos  
Humor machista  
Assédio moral  
Manipulação  
Inferiorização  
Agressão verbal  
Publicidade machista  
Culpabilização



### Saiba onde você pode (e deve) denunciar casos de violência contra a mulher

☎ Disque 100

🏠 Nas delegacias especializadas no atendimento à mulher ou convencionais

⚖ Nas promotorias de justiça do Ministério Público de Santa Catarina

# Mulheres lutam por mais direitos na pesca

A atuação das trabalhadoras do mar no litoral catarinense amplia o debate sobre a igualdade de gênero

Abneblina a todo o momento descansa e a planície da Baía da Babitonga, em São Francisco do Sul, vaporiza lentamente enquanto Tina, protegida sob o rancho de madeira da Praia do Mota, relembra o início na pesca. “Me apaixonei pelo mar quando era muito jovem, ainda criança. Com 15 anos já tarrafeava em toda a Baía de Guaratuba. Eu era conhecida, a menina dos Botos. Eu vivia nadando com os Botos. E assim foi minha vida até uma certa idade, pescando e amando o mar”.

Em Santa Catarina, a mulher depende do mar e vive dele: cria-se na areia, cheira a peixe e entranha-se de salitre. Cristine Lançoni, a Tina, de 51 anos, representa a classe de pescadoras que vem ampliando o debate sobre a discriminação de gênero na atividade pesqueira e cobra do governo ampliação das políticas específicas para a mulher da pesca. Atualmente, segundo a Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina (Fepesc) existem 41 mil pescadores cadastrados nas 38 Colônias de Pescadores do estado – órgão de classe para trabalhadores do setor artesanal da pesca reconhecido pela Lei 11.699/2008. Do total, cerca de 20% são mulheres, sendo apenas 5% embarcadas, ou seja, que realizam a atividade em alto mar.

Nesta época de frio reaparecem os homens encasacados em conjunto no areal, esperando e vigiando o mar da Praia do Capri, em São Francisco do Sul. No horizonte o contraste é nítido entre as baterias – embarcações com até sete metros – de pescadores artesanais e os navios, atracados em frente ao porto. Quando pressentem o cardume, os pescadores dão sinal a outros postados para que acudam os cercos e puxem o peixe fresco para a orla. Mãezinha, acompanhada das quatro irmãs, é uma que ajuda na puxada, orienta, brinca e desenrola as tainhas da rede. Com 14 anos, Maria da Graça Araújo Castilho entrou no ramo pesqueiro auxiliando a família na limpeza do Baiacú – cerca de 200 a 300 kg por dia. “Pescador é aquele que levanta cedo para levar seu sustento para casa. Mas homem que chega em casa e ainda pede para mulher limpar o peixe para ele comer, isso não é pescador. Tem muitos homens que respeitam e muitos que não respeitam a força de vontade da mulher de pescar”.

Para Rose Gerber, antropóloga e representante da equipe da Gerência de Extensão Rural e Pesqueira (GERP) da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), as mulheres pescadoras, em geral, têm muito claro que a vida é passageira, o que torna a fluidez no ato de se locomover uma característica inerente à atividade pesqueira. Rose realizou, em 2009, a pesquisa Mulheres e o Mar: Pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil, no doutorado em Antropo-



Zenaide, pescadora, tem dificuldades em lidar com o machismo em sua profissão

## “O MACHISMO CONTINUA ATÉ HOJE. NO MEIO DE 200 HOMENS, EU SOU A ÚNICA PESCADORA A PUXAR REDE DE TAINHA”

logia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), retratando o cotidiano de 22 pescadoras catarinenses que exercem o ofício em alto-mar. O trabalho teve o objetivo de redefinir os conceitos da atividade, marcado pela invisibilidade dessas trabalhadoras em relação às políticas sociais.

“Para mim, arrumar um lugar na pesca foi uma conquista grande porque, no Brasil, o machismo continua até hoje. No meio de 200 homens, eu sou a única pescadora a puxar rede de tainha”, conta Dona Zenaide em meio a uma revoada de gaivotas e urubus que devoravam pedaços de peixes.

Em todo o vasto areal que se estende na Praia do Pântano do Sul, em Florianópolis, a pesca é de arrasto, que exige uma grande rede, braços experientes e prazer de estar à beira-mar. “Eu fui a mais medida de todas e recebi críticas de ‘mulher macho’ porque gostava de ver a pesca.

Essas coisas de machismo vai mudando e podando o homem. As mulheres também são homens. É uma cultura que não se tira de uma hora pra outra.”

Por todo o litoral catarinense, muitos dos que vivem da pesca moram em barcos com aspecto rústico, de madeiras por pintar e telhas de zinco. Na Praia do Canto dos Ganchos, Dona Naca divide espaço do seu rancho com barcos, montantes de redes, pedras vistosas e uma porção de gatos que se emaranham pelas redes como peixes em dia de fartura. Em pé no rancho que leva seu nome, a pescadora elabora uma rede de espera, conhecida como “feiticeira”, remendada por três panos e famosa por sua grande eficiência: tudo que entra nela, não sai. Com a fala pausada e rouca, Naca conta sobre a experiência de estar em alto-mar, rodeada de homens, e ter que mudar seu comportamento para fazer parte da comunidade. “Lá no mar eu sou ho-

mem porque eu não posso me comportar como mulher. No meio deles, os sinais e o vocabulário são iguais, como se fossem de homem para homem”. Por conta do forte predomínio masculino na atividade, Rose Gerber também conviveu com casos de machismo. A antropóloga relembra quando pediu para um dos pescadores descrever o trabalho da mulher. “Ele falou, como um elogio: ‘ela é um homem, é um animal, não falta, não reclama, tem o jeito para a pesca. É nota mil.’”

### Falta apoio das instituições

O reconhecimento da identidade como pescadora é um dos impasses que envolvem a participação da mulher no segmento. Rose Gerber considera que o mercado e as instituições ligadas a essas trabalhadoras, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), partem do princípio que elas não existem. Na pesca, o homem geralmente é o mestre da embarcação e ela a “camarada” – pescadora de apoio que auxilia tanto nos serviços em alto-mar como no processo de manipulação e comercialização do pescado.

Quando se inicia o defeso (paralisação temporária da atividade pesqueira para preservação de espécies) é concedido aos pescadores considerados profissionais pelo INSS, o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA) – benefício de um salário mínimo que inclui somente as pessoas que “trabalham em regime de parceria ou arrendamento, em embarcação de pequeno porte” ou aquelas que “sem utilizar embarcação pesqueira, exerce atividade de captura ou de extração de elementos animais ou vegetais na beira de beira do mar, rios e lagoas”, como é o caso do maricultor e do caranguejeiro. Para a antropóloga, no entanto, a pesca é “todo o processo de retirar, limpar, eviscerar, transformar e vender. É a extração de produtos do mar, da lagoa, do rio, até a preparação para a comercialização”.

No INSS, os pescadores artesanais recebem a denominação de Segurados Especiais, categoria daqueles que exercem com exclusividade a atividade pesqueira e a utilizam para a subsistência, de forma independente ou incorporados a um Regime de Economia Familiar – quando membros de uma mesma família são estruturados de forma colaborativa, sem a participação de empregados. Mesmo não tendo direito ao SDPA, a classe de pescadoras que exercem trabalhos em terra e que atuam no processamento da pesca artesanal pode ter acesso a outros auxílios previdenciários, como o auxílio doença, licença maternidade e aposentadoria, porque, neste caso, são incorporadas ao grupo dos Segurados Especiais. Para receber os benefícios da Previdência Social, porém, estas pescadoras artesanais devem apresentar documentos que

comprovem o exercício profissional da atividade, como a Carteira de Pescador Profissional e o documento da embarcação registrado pela Capitania dos Portos.

Jeferson Dosin, especialista em Normas e Gestão de Benefícios da Superintendência Regional Sul do INSS, explica que é comum as pescadoras de apoio utilizarem os documentos do marido – ou companheiro – para requerer os benefícios, pois boa parte delas não possuem embarcação e não estão inscritas nas Colônias de Pescadores. Para Jeferson, o servidor do INSS funciona apenas como um verificador do sistema de registro que a pescadora possui no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). É através do Registro Geral da Pesca (RGP), desenvolvido pelo MAPA e alimentado pelas Colônias, que o INSS avaliará o acesso das pescadoras aos benefícios previdenciários.

Com o governo interino de Michel Temer, as atribuições do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), como a emissão da Carteira de Pescador Profissional, foram encaminhadas para a Secretaria de Aquicultura e Pesca, que pertence ao MAPA. Segundo o presidente da FEPESEC, Ivo da Silva, é urgente a melhoria do planejamento da pesca marinha por parte do MAPA. Para ele, o maior desafio da instituição é reconstruir o sistema de coleta de dados, além de criar uma política específica que fortaleça as pautas pesqueiras em todo o estado. “Não temos nada no estado e somos o maior produtor de pescado do país. No Ministério da Agricultura, não foi criado um departamento para estatística. Então eles não têm controle nenhum. Por exemplo, na Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, nós temos catalogados cerca de 1,4 milhão de pescadores. Se você pegar o cadastramento do Ministério da Agricultura, esse número não vai chegar nem a 800 mil. É uma falta de organização total”. Estima-se que 70% do pescado produzido no país é proveniente somente da pesca artesanal, segundo o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).

Fundada em 2005, a Articulação Nacional das Pescadoras do Brasil (ANP) surgiu pela necessidade de reconhecimento das mulheres como atores sociais importantes na produção pesqueira do país. No estado, a atuação da ANP é concentrada nos territórios pesqueiros do Complexo Lagunar do Sul de Santa Catarina, na região de Laguna, composto por oito lagoas. Maria Regina Neura Passarella, aposentada com mais de 35 anos de atividade pesqueira e uma das lideranças da ANP no estado, conta que uma das dificuldades é a incapacidade de se levar a discussão sobre os direitos das mulheres pescadoras em relação aos benefícios previdenciários e às condições de saúde para outras regiões do litoral catarinense.

Segundo a articuladora, as pescadoras são marginalizadas nas próprias colônias de pesca, tendo dificuldades em ter direito à voz. “Em questão de gênero, perdemos em qualquer atividade. Nossas colônias não são governadas por mulheres pescadoras, especialmente aqui no Sul. Muitos acreditam que elas nem exis-



A pescadora Mãezinha, ao lado da irmã Zenite, participa da divisão de tainhas na Praia do Capri, em São Francisco do Sul



Tina (esquerda) e Naca (direita), lideranças femininas catarinenses lutando por direitos que as pescadoras ainda não têm

tem”. Tina acredita que “para a mulher ter voz, às vezes ela tem que ser meio rude. E vou ser bem sincera, você tem que lutar e gritar e bater o pé muitas vezes, senão você chega lá e não vai para frente”.

Em São Francisco do Sul, as trabalhadoras da pesca vêm se mobilizando para fomentar direitos, que antes eram exclusivos ao homem. “Estamos pedindo dentista para as crianças e para nós porque o pescador sempre está na nossa frente. Tem curso para pescador, mas não tem para pescadora. Mas ela também tem o direito de fazer o curso de pescador, de elétrica, de motor. Não é verdade? Então temos que nos unir e ir pra frente”.

Uma boa oportunidade para abranger e mobilizar mais mulheres no estado será com as atividades do Projeto de Educação em Saúde do Trabalhador da Pesca Artesanal e Formação de Agentes Multiplicadoras em Participação na Gestão do SUS, no mês de dezembro, em Laguna. As pescadoras receberão informações sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e acerca das doenças laborais a partir de um conceito ampliado de saúde, que insere questões de alimentação, educação, meio ambiente, habitação, entre outros. O objetivo é que as mulheres tenham condições de atuar organizadamente para melhorar as condições de vida, de maneira a evitar acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. O projeto, que surgiu de uma parceria envolvendo ANP, Ministério da

Saúde, Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), foi iniciado no final de abril com uma oficina realizada em Remanso (BA) e prevê a realização de outras 10 oficinas com pescadoras de 16 estados brasileiros. A expectativa é beneficiar 450 pescadoras diretamente.

Desde criança estas trabalhadoras têm o corpo modificado: perdem em agilidade e equilíbrio, a pele enrugada, os músculos atrofiam e o ar entra seco. A rotina de trabalho das pescadoras envolve riscos à saúde em função de Lesão por Esforço Repetitivo (LER) e pela exposição ao sol – que podem causar o câncer de pele, dermatites e o envelhecimento precoce. Além disso, podem desenvolver problemas ginecológicos em razão das horas que passam em contato com águas poluídas e enlameadas. Em relação aos homens, as mulheres, em geral, adoecem mais rápido, pois são submetidas cotidianamente não só aos serviços relacionados a pesca, mas também às tarefas domésticas. Maria Regina conta que existem muitos casos de mulheres com membros atrofiados e problemas de coluna, especialmente na região de Laguna, e a maioria delas não tem conhecimento da gravidade. Para a articuladora, as doenças ocupacionais, relacionadas ao esforço repetitivo a partir do trabalho da pesca, não são reconhecidas pelo INSS.

O procedimento para que seja reconhecida uma doença ocupacional, de

acordo com o INSS, envolve a realização de uma perícia médica a partir do requerimento do assegurado. Na prática não basta a trabalhadora estar doente, é necessário que a doença tenha relação direta com a atividade que é exercida. Somente desta forma ela poderá receber o auxílio-doença, benefício concedido quando é comprovado que a pescadora está inapta para o exercício profissional. Para a ANP, o que dificulta o acesso das pescadoras ao benefício previdenciário é a ausência de estudos e notificações sobre as especificidades das doenças laborais relacionadas à atividade pesqueira.

De perto, as pescadoras sempre acompanharam o mar. Conhecem sua voz, a mistura de seu hálito e a luz viva que recai sobre ele toda manhã. Vivem dele e com ele dividem histórias para vida inteira. “No jogo de inversão que elas próprias se constituem, entre família, marido e casa, tudo consegue ser atendido graças à fuga momentânea que o mar propicia. Outras viam o mar como um espaço para recuperação da sanidade, do equilíbrio e da vontade de viver diante dos problemas enfrentados, como situações de violência e perdas”, conclui Rose Gerber. ☺

Pedro Aguiar Stropasolas  
pedrostropasolas@gmail.com  
Vitor Shimomura  
vitorshimomura@gmail.com



Comunidade do Arvoredo foi construída em cima das dunas do bairro Ingleses; plano Diretor apresentado pela prefeitura não prevê nenhuma solução para os moradores da região

# Audiências não integram toda a população

Formulação do projeto completa 10 anos de mudanças e oposição entre população e Núcleo Gestor

O Plano Diretor apresentado pela Prefeitura de Florianópolis em 2013, depois de modificado radicalmente na Câmara de Vereadores, está sendo discutido nos distritos da cidade em 13 audiências públicas determinadas pelo juiz federal Marcelo Krás Borges. As novas reuniões foram marcadas para ouvir as reivindicações das comunidades e é resultado de uma ação do Ministério Público Federal (MPF), enviado à Justiça, argumentando que os debates para análise do projeto com a população não foram válidos por falta de divulgação prévia e efetiva do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF). Neste ano, a formulação do novo Plano Diretor está completando uma década, marcada por muitos hiatos e protestos.

Mesmo com as audiências públicas, uma parte da população segue impedida de participar da discussão. A representante distrital do São João do Rio Vermelho, Estela Davi, reclama que é ineficaz marcar novas reuniões se o IPUF não preparar a população para debater. “Não há clareza nas informações do Instituto de Planejamento. A população comum não sabe dos termos técnicos em questão. Desde 2005 a comunidade se reúne para discutir o projeto, mas não são todos. O IPUF deveria

ser mais transparente para não deixar a população na dúvida”. Estela acredita que a responsabilidade é metade da população, que está completamente desiludida com a política, e metade do IPUF, que se aproveita do desinteresse da comunidade. A audiência pública no São João do Rio Vermelho foi realizada no dia primeiro de junho e, segundo Estela, não houve consenso.

**“O LEGISLATIVO VEIO COM ESSA MISSÃO DE PENSAR NO PARTICULAR E IGNORAR A CIDADE. ISSO FICOU ÓBVIO”**

No distrito de Canasvieiras, Dilvio Tirlone, liderança da comunidade, pondera que existe um grande distanciamento do Plano Diretor com a comunidade. A população está muito afastada da discussão e não sabe como participar. “A maioria não compreende o conceito de Plano Diretor. Confunde com planejamento urbano. Durante a audiência (dia 31 de maio) a sociedade levantava questões do tipo ‘eu quero saber como vamos dar um jeito na cachorrada da minha rua que fica latindo e ninguém consegue dormir’. Isso não é Plano Diretor, isso são políticas públicas. Plano diretor é zoneamento.”

Vanessa Pereira, superintendente do IPUF, não concorda que os termos utilizados pelos técnicos não são compreendidos pela população. “Nós nos esforçamos ao máximo para tornar o diálogo o mais próximo possível da comunidade. Já ouvi reclamações que deveria usar mais termos técnicos nas audiências. Mas não faço isso porque sempre busco uma linguagem colo-

quial para todos compreenderem”. Vanessa esteve em todas audiências realizadas, e não reparou em dificuldades de compressão por ninguém que estava presente.

No outro canto da cidade, no Sul da Ilha, as lideranças defendem que a população é mais engajada e participa efetivamente. Gert Schinke, morador do Pântano do Sul, está satisfeito com as audiências públicas. “Aqui no Pântano do Sul houve discussão e boas ideias. O problema é que não é assim em todo lugar. Eu fui em quase todas audiências e é visível a diferença do Sul para o Norte da Ilha”.

No Campeche, a comunidade se reúne para discutir a urbanização e ocupação da cidade há 25 anos. Ataíde Silva, vice-presidente da Associação de Moradores do Campeche, é referência quando se fala em Plano Diretor de Florianópolis. Ele foi uma das lideranças nos protestos contra o último projeto, aprovado em 1997, que previa uma população de 400 mil pessoas somente para o Campeche. “Nós aqui na comunidade construímos um Plano Diretor. Desenhamos para tornar aqui um bairro jardim, que fosse sustentável. Na audiência pública, (realizada dia 23 de maio) levamos nosso projeto para a reunião e comparamos com o do IPUF. Agora a responsabilidade é deles de dar uma resposta as nossas exigências”.

Fora da Ilha, os moradores do Continente se sentem cidadãos de outro município. Beatriz Kauduinski Cardoso é a liderança no bairro Coqueiros e uma das principais articuladoras do distrito continental. “Aqui somos um terço da população. São 11 bairros nesse distrito. Isso dificulta muito conseguirmos nos encontrar para debater as ideias”. A audiência pública do continente aconteceu no dia 15 de junho, e o receio de que nem as principais reivindicações fossem ouvidas pelo IPUF se concretizou. “O pessoal do Instituto (IPUF) é bem intencionado, mas sozinhos não vão con-



## Moradores do distrito do Campeche encaminham suas exigências ao IPUF durante a primeira das 13 audiências públicas determinadas pela Justiça Federal

seguir, falta vontade política dos gestores da cidade. O Legislativo veio com essa missão de pensar no particular e ignorar a cidade. Isso ficou muito óbvio com as emendas que os vereadores adicionaram”, afirma Beatriz.

Dalmo Vieira Filho foi o responsável pela formulação do Plano Diretor apresentado pela prefeitura em 2013. A decisão do juiz Marcelo Krás Borges, em sua opinião, foi arbitrária e as audiências não serão produtivas para a discussão. “Não achei necessário. Foi confundido o conceito de democracia. O problema é que as pessoas não têm uma real ideia do que é o Plano Diretor. Vão lá para falar outras coisas”. Dalmo Vieira saiu do IPUF no final de 2015, por opção própria. “Saí de consciência tranquila, sabendo que fiz o melhor possível. Estava sentindo uma pressão política desnecessária e me desvinculei antes que ficasse pior”.

O Estatuto da Cidade, aprovado em 2001, obrigou todo município com mais de 20 mil habitantes a ter um Plano Diretor até 2008. Florianópolis apenas começou a discutir o seu em 2006, no Governo de Angela Amin. O primeiro projeto apresentado pela prefeitura foi em 2010 no Governo de Dário Berger. Ele foi muito mal recebido pela população, que acusava o prefeito de estar vendendo a cidade, transformando-a em uma megalópole.

Em 2012, quando César Sousa Junior iniciou seu mandato, sua promessa era aprovar o Plano Diretor logo no primeiro ano. Dalmo Vieira Filho foi nomeado de superintendente do IPUF. No final de 2013, o projeto foi apresentado pela prefeitura e encaminhado à Câmara de Vereadores. Foram propostas aproximadamente 600 novas emendas. No entanto, apenas 305 foram aprovadas. Dois meses depois, em março de 2014, a Justiça Federal de Santa Catarina, através do juiz federal Marcelo Krás Borges suspendeu o Plano Diretor de

Florianópolis, exigindo as 13 audiências públicas em todos os distritos.

### “PARA NÓS AQUI NA COMUNIDADE, ESSA DISCUSSÃO NÃO FAZ EFEITO NENHUM”

Na ação, julgada em março de 2015, o MPF pleiteava que a Câmara de Vereadores devolvesse o Plano Diretor ao Poder Executivo municipal e que a prefeitura realizassem as audiências públicas obrigatórias. “Os vereadores aprovaram 305 emendas sem lerem o projeto, era impossível analisar cada uma em tão pouco tempo”, afirma Ataíde Silva. Por conta disso, o MPF insistiu que as audiências fossem feitas e que a União fiscalizasse o estrito cumprimento da Lei do Estatuto das Cidades, já que o mesmo define a participação efetiva da população na elaboração do Plano Diretor.

#### Ignorados

A Comunidade do Arvoredo – conhecida como “Favela do Siri”, localizada nas dunas do bairro Ingleses, é uma das regiões de maior descaso em Florianópolis. Lá vivem aproximadamente 250 famílias, num total de mil pessoas sem registro de residência. Nivaldo Araujo da Silva mora na comunidade há 15 anos e está acompanhando a discussão do Plano Diretor. “O Plano Diretor não foi feito para pobre, foi feito para rico. Quando ele não está atendendo os direitos sociais, ele não está adequado a uma classe menor. Para nós aqui na comunidade, essa discussão não faz efeito nenhum. Todas as propostas apresentadas mantêm essa região como Área de Preservação Permanente (APP), nos colocando na ilegalidade”.

Nivaldo Araujo lamenta ao afirmar que a Comunidade do Arvoredo não foi convidada para participar da audiência pública do distrito do Ingleses, realizada no dia 14 de junho. “Ninguém, nem prefeitura, IPUF ou alguém do bairro veio nos avisar dessa reunião. Nós vamos continuar sendo ignorados.” Ele argumenta que a solução para a Comunidade do Arvoredo será encontrada apenas depois de muita conversa e discussão. “Nossas alternativas são uma negociação com um terreno da União ou a regularização de uma área fundiária aqui”.

Na Comunidade do Arvoredo não existe sistema de água, luz e saneamento públicos. “Aqui, onde tem água e luz é clandestino”. De acordo com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (lei número 11.124 de 2005) é responsabilidade da prefeitura viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável. “Não vemos ações que busquem regularizar nossa situação. As propostas até chegam, mas depois desaparecem”, desabafa Nivaldo Araujo.

Dalmo Vieira Filho defende que manter a Comunidade do Arvoredo como uma APP foi uma medida pensada na própria população. “Não fizemos isso com o objetivo de expulsá-los de lá. Tomamos essa atitude para incentivar uma realocação”. Segundo Dalmo Vieira, manter a região como Área de Preservação Permanente facilita para o município angariar recursos da União ou outra fonte para levar as pessoas a outro terreno.

Vanessa Pereira também concorda na manutenção da região como Área de Preservação Permanente. “Não podemos fazer nada. Se transformamos em zona residencial vamos ir de

encontro a uma lei federal. Em área de dunas, não há discussão, é a APP.” A superintendente acredita que há outras possibilidades para essa região, mas o terreno onde está localizada a Comunidade do Arvoredo é muito delicado para a construção de qualquer tipo de edificação.

#### Solução

Após as 13 audiências distritais, haverá duas assembleias gerais. Essas serão apenas consultivas, não deliberativas como todas as outras. Após a realização, o IPUF pretende finalizar o projeto até o final de agosto. Então ele será enviado à Câmara dos Vereadores, onde será votado e pode ser alterado. “Estamos confiantes que será um final bom para todos. As audiências foram positivas, ouvimos demandas novas da população que possivelmente serão agregadas ao Plano Diretor”, comenta a superintendente.

Ataíde Silva, mesmo satisfeito com a audiência pública do Campeche está receoso com a finalização do projeto. “O IPUF tem que ter o cuidado sobre o que vai encaminhar para a Câmara de Vereadores para não ter que responder por improbidade administrativa”. Repetindo o que aconteceu em 2014, quando uma ação civil foi encaminhada ao Ministério Público pedindo a suspensão do Plano Diretor devido ao descumprimento da prefeitura de aprovar o projeto sem consultar devidamente as comunidades. ☹

.....  
Felipe Freitas

felipemedeirosfreitas94@gmail.com

Lucas Weber

lucasweber8@gmail.com

Rubens Lopes

rubenslopes1986@gmail.com



# Mangue do Itacorubi é sufocado pela cidade

Mesmo sendo Área de Preservação Permanente, o manguezal ainda sofre as consequências do adensamento urbano

A vegetação que permeia o trajeto entre a Avenida Professor Henrique da Silva Fontes, a chamada Beira-Mar Norte, e a Avenida Madre Benvenuta entre os bairros Santa Mônica e Itacorubi, compõe o segundo maior manguezal urbano do país, com cerca de 150 hectares. Muitas pessoas escolhem esse trajeto para se exercitar. Colocam seus fones de ouvido, calçam seus tênis de corrida e seguem caminhando, algumas pensando sobre seu dia, planejando o próximo. Outras aproveitam aquele momento para não pensar em nada. Hora ou outra, um cheiro desagradável aparece. As pessoas continuam correndo, sem prestar atenção ao que está ao seu redor. As árvores, as plantas, as flores e todo o bioma passam despercebidos.

Só na Avenida Beira-Mar Norte, o pesquisador e doutor em Engenharia Florestal Carlos Loch estima que 27 hectares de mangue foram destruídos ao longo dos anos. Inclusive após 1965, quando a atualização do Código Florestal Brasileiro definiu este tipo de área nativa como Área de Preservação Permanente (APP). Em 2002 foi estabelecido a criação de uma Unidade de Conservação (UC) como medida compensatória pela construção do elevador na área de mangue em frente ao Centro Integrado de Cultura criando o Parque Municipal do Manguezal do Itacorubi, gerenciado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram). A dupla proteção da área de mata nativa, no entanto, não impede que problemas como o lançamento de esgoto, construção de grandes e médios empreendimentos e a poluição urbana causada pelo tráfego constante na Avenida Beira-Mar Norte gerem um alto impacto destrutivo sobre a vegetação.

De acordo com João de Deus, ex-diretor do Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente e doutor em Botânica, o risco ambiental gerado pelos problemas em torno da área de mangue podem causar a extinção de espécies de plantas que só se desenvolvem neste tipo de vegetação. A retirada do mangue poderia ocasionar um grande desequilíbrio ecológico, afetando toda a biodiversidade e a reprodução de animais marinhos. O adensamento populacional e a consequente especulação imobiliária na região, no entanto levaram ao aterramento e a desconfiguração progressiva da Mata Atlântica.

O cheiro forte e característico do mangue é acentuado no Itacorubi pela poluição. Valmor da Silva Filho, morador da Ponta do Lessa há 36



anos, viu o crescimento ao redor do mangue de perto. “Eu moro aqui desde antes da construção da Avenida Beira-Mar. Na verdade, eu não moro na Beira Mar, ela é que veio morar no meu quintal”, disse. Para ele, a poluição era maior antes da avenida ser instalada. “Não tinha vegetação, dava pra ver o mar, de tão degradado que estava o meio ambiente, mas mesmo assim tinha muita vida marinha. O caranguejo é uma coisa que praticamente desapareceu, aquele caranguejo catanhão, o camarão, o peixe e tudo que se pegava aqui. Houve uma redução considerável”. Valmor acredita que o ideal seria que todas as casas, tanto da Ponta do Lessa quanto dos bairros no entorno do mangue, estivessem ligadas à rede de esgoto. “Aqui todos nós usamos fossa e sumidouro e sabemos que não são todas as casas que têm isso ou estão ligadas à rede”.

Apesar da poluição crescente na região, a expansão urbana sobre a área nativa está limitada pelo perímetro da Unidade de Conservação. Nos bairros Santa Mônica e Itacorubi, que tiveram suas construções e loteamentos firmados a partir do aterramento do mangue na década de 1970, restam poucas áreas da vegetação natural. A pressão imobiliária é intensificada a cada ano

Foto: Luciane Toledo/Zero



O segundo maior manguezal urbano do país está ameaçado pelo adensamento populacional e inconsequente especulação imobiliária na região

com o aumento do número de moradores do município e em torno da Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc) e da UFSC. João de Deus acredita que se não fosse a atual legislação, o Santa Mônica já teria se expandido sobre toda a área do mangue.

Um das iniciativas da população de Florianópolis para preservação da área do manguezal é a criação do Parque Cultural das três Pontas. Além dos problemas relacionados à falta de proteção, o movimento de apoio à criação do Parque destaca ainda a incompatibilidade com o atual Plano Diretor que vai contra as diretrizes elaboradas pelo Núcleo Gestor Municipal e não está articulado com a elaboração do Projeto Orla. Cid Neto, ex-presidente do Coletivo UC da Ilha e que assumiu no mês de junho o cargo de geógrafo da Floram, explica que o Plano Diretor deveria repensar as zonas de amortecimento em torno da Unidade de Conservação a fim de reduzir os impactos da poluição sobre o mangue. Além disso, o Plano Diretor deveria criar corredores ecológicos entre o Itacorubi e outras unidades de conservação ou fragmentos de florestas, possibilitando uma troca e mobilidade maior entre espécies e a proteção do meio ambiente. ☺

Miriam Amorim

amorim.miriam@gmail.com

Malena Wilbert

malenawilbert@gmail.com

Luciane Toledo

lucianegtoledo@gmail.com

Marina Oliveira

marina.oliveiraduarte@hotmail.com

## UFSC e Floram articulam gestão da área

Desde de 1969, a UFSC também é responsável pela área do mangue do Itacorubi, após a União ter cedido o terreno da marinha para a ampliação do campus e posteriormente para o desenvolvimento de pesquisas na região. Com os avanços das leis ambientais, a mata nativa tornou-se uma APP. Em 2002 foi criada uma Unidade de Conservação, o Parque Municipal do Manguezal do Itacorubi, que é gerenciado pela Floram. Mesmo com a criação do parque, a concessão e, consequentemente, a responsabilidade legal da área do mangue continua sendo da UFSC.

O impasse do gerenciamento do mangue entre a universidade e a Floram levou a criação de uma comissão que está realizando um levantamento topográfico planimétrico para identificar as reais dimensões do mangue. O propósito da comissão é reestruturar a UC junto a Floram nos próximos meses, de forma a repassar a concessão à Fundação mediante a criação de um conselho composto, entre outros membros, por representantes da UFSC. Outro objetivo da reestruturação é adequar o parque ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

# Obra parada preocupa moradores da Barra

Construção de nova ponte está paralisada e comunidade teme que estrutura antiga desabe

**O**s moradores da Fortaleza da Barra da Lagoa cobram definições sobre a construção da nova ponte em cima do canal na SC-406. A estrutura é a única via de ligação entre a comunidade e o restante da cidade. O projeto está orçado em cerca de R\$ 3 milhões, segundo o Departamento Estadual de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina (Deinfra), mas os trabalhos estão suspensos desde o último verão. Em junho deste ano, uma ordem de serviço autorizou a retomada dos trabalhos, mas eles continuam parados.

Enquanto a nova estrutura não é concluída, a ponte antiga – com quase 40 anos – continua de pé, mas ninguém sabe até quando irá permanecer assim. Quem passa pelo local consegue ver a estrutura metálica que serve de suporte para os pilares de concreto, corroídos pelo tempo.

As primeiras assembleias para debater o projeto começaram em 2012. O acordo inicial contemplava uma ampla reforma, mas durante os encontros uma questão pertinente foi levantada: a ponte de três metros de altura precisava ser mais alta para que os barcos dos pescadores artesanais pudessem realizar a travessia da lagoa. Logo, o projeto de uma nova ponte de seis metros de altura, capitaneada em parte com os recursos de empresários da Lagoa da Conceição, foi apresentado pelo Deinfra para a comunidade, mas há divergências entre os próprios moradores.

O pescador Paulo Aguiar conta que, hoje, as embarcações precisam ser carregadas com mais de 20 mil litros de água para afundarem o suficiente e fazerem a travessia do canal, depois o volume é liberado para que o barco ganhe novamente condições de locomoção. Todo o processo demora mais de três horas. Segundo ele, uma ponte mais alta resolveria o problema da difícil passagem.

As margens do canal fica o restaurante onde Ivandildo Souza trabalha. O garçom acredita que a ponte não deveria ser apenas uma obra de mobilidade, mas também um ícone turístico para o bairro e a cidade, o que segundo ele não fica evidente nas propostas apresentadas pelo Deinfra. As construções iniciaram sem que a comunidade pudesse vislumbrar como ficaria a obra acabada, afirma.

De acordo com o intendente da Barra da Lagoa Gilson Bittencourt, a comunidade teme que a ponte velha possa cair, mas destaca que a nova aquisição deve vir acompanhada de direitos fundamentais reivindicados pelos moradores. Segundo ele, em nenhuma das reuniões com o Deinfra os engenheiros conseguiram mostrar aos moradores que na obra final haveria faixa de segurança, acostamento, rede pluvial, iluminação, ciclovia e acesso seguro das duas ruas laterais da ponte, vias com muitos acidentes. Wenceslau Diotallevy, engenheiro do Deinfra responsável pela fiscalização da ponte, argumenta que o projeto foi discutido em audiências públicas no bairro com aqueles que se fizeram presentes à época dos encontros.

Ao relembrar os entraves do projeto, Guilherme Loureiro, engenheiro e morador da região, conta que pouco depois do início da construção a obra foi embargada por falta de licença ambiental da Fundação do Meio Ambiente (Fatma). O Minis-



Fotos: João Halliday/Zero

**Nova ponte será mais alta do que a antiga para permitir a passagem de embarcações de até seis metros sob ela**

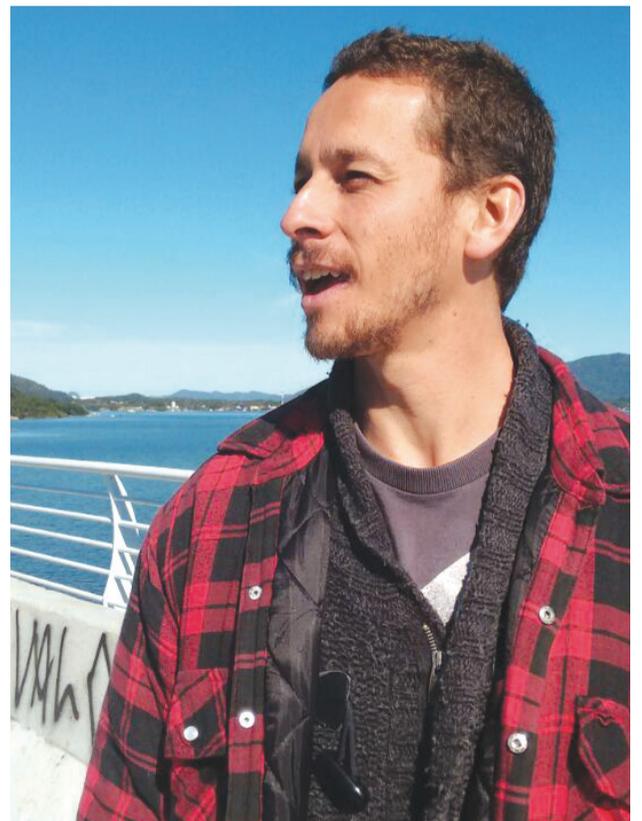


**Enquanto obra não é concluída, o fluxo de veículos é feito sobre ponte antiga construída há cerca de 40 anos**

## PRIMEIRAS ASSEMBLEIAS PARA DEBATER O PROJETO COMEÇARAM EM 2012

tério Público e a Procuradoria da República também requisitaram ao Deinfra o demonstrativo de cálculos técnicos e estudos de impactos ambientais do empreendimento.

Diotallévy reconhece que na reformulação do projeto para a construção de uma estrutura nova o Deinfra falhou na atualização das licenças, entretanto, tal documentação encontra-se regularizada. Ele também se diz preocupado com a entrada de novas lanchas e barcos na Lagoa da Conceição, mas observa que o encargo do controle das embarcações caberia a Capitania dos Portos e a Prefeitura de Florianópolis. ☺



**Loureiro lembra de embargo por falta de licença**

João Halliday

joaohalliday@gmail.com

Manuel Vitart

manuelvitart@gmail.com

muito tempo. É necessária, essa é a via mais rápida para a universidade, para o aeroporto e as praias. A obra demorou pra sair por culpa da prefeitura, que ficou jogando a culpa na UFSC e na Eletrosul”. E completa, “acredito que quando chegar no momento das desapropriações, a obra vai dar uma travada. Vai gerar um transtorno, mas é fundamental. No começo assusta, mas depois o bairro só tem a ganhar, o comércio tende a melhorar”. Já Albertina acredita que os impactos no bairro serão negativos. “A rua que tem 12 metros vai para 30, é mais que o dobro. Eles garantem o projeto com segurança e trânsito lento, mas uma via de 30 metros, cortando um bairro. É verdade que isto está planejado há 30 anos, mas a comunidade não se preparou porque não acreditava”. A comerciante Shayene Duarte Silva, que tem uma loja de produtos naturais, afirma que seu maior receio é receber uma notificação em cima da hora. Ela espera ser anexada o quanto antes para que possa buscar um novo local para seu negócio. “Eu olhei o projeto e acho que a obra é ótima, e dar prioridade ao ônibus é o que ta faltando”.

Para quem vive há muitos anos às margens da avenida, pensar em deixar sua casa, seu negócio e parte de sua história para trás pode ser bastante doloroso, mas Valter Agostinho, morador e comerciante do bairro, entende que a duplicação é uma necessidade antiga. “Eu vou perder a minha casa, perder tudo aqui, mas a obra é boa. Essa rua é caminho para o aeroporto, BR-101 e o Sul da Ilha. Vai valorizar o bairro. Eu vi o projeto, vai ficar bonito”. Valter acredita que irá receber uma oferta menor do que realmente vale o seu terreno, e afirma que não vai aceitar. Atualmente o preço do metro quadrado na cidade de Florianópolis custa R\$4.773, segundo o portal Viva Real.

Para o engenheiro e integrante do Observatório da Mobilidade da UFSC, Werner Kraus Junior, “existe a hipótese de que não haverá dinheiro para as desapropriações e a obra só vai andar sobre os trechos cedidos. Pra ter ideia, o ônibus chega a demorar uma hora entre o ponto da Biblioteca Universitária (BU) e a rótula da Eletrosul. Se colocar um corredor exclusivo nesse trecho já resolve parte do problema, porque após a rótula o trânsito flui,

mesmo que lentamente, mas flui. O ônibus furar a fila é correto, porque ele carrega muito mais pessoas e, chegando antes nesse trecho, o trajeto passaria a ser feito em cinco a seis minutos. Certamente estaríamos resolvendo apenas o problema do transporte coletivo e aumentando ainda mais os engarrafamentos dos carros particulares, mas não é nosso problema – entendemos o automóvel como o grande vilão do trânsito”.

Em relação à parte urbanística da obra, Albertina critica o projeto e argumenta que “creches, escolas e padarias estão todas de um lado só da rua, por isso precisamos pensar a questão do projeto urbanístico para que possamos desenvolver os dois lados da via. Em qualquer lugar uma via desse tamanho acaba sendo insegura, mesmo com o trânsito lento”.

Werner Kraus Junior explica que “para mitigar o efeito negativo, calçadas largas são uma boa solução. A ideia é que possa ter as calçadas como espaço público de convívio, um parque linear. Facilitar a travessia com faixas elevadas e uma marcação que deixe clara a segurança do pedestre, por exemplo, a travessia sendo implantada como mesmo material da calçada e não com material do piso do automóvel. Isso daria a ideia de que a travessia se torna um prolongamento da calçada”.

#### Mobilidade Urbana

A duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira faz parte do trecho 1 do anel viário de Florianópolis, que compreende 7,4 quilômetros, entre a entrada do Córrego Grande e a Avenida Paulo Fontes, no Centro. A ideia é que o anel viário privilegie o transporte público e integre o sistema BRT, com pistas centrais



Ilustração do modelo de estação pré pago de BRT que será usado no anel viário

das vias que tenham corredores exclusivos para o transporte público e estações pré-pagas.

O modelo BRT foi adotado em várias cidades e é a solução mais barata e mais eficiente para o transporte coletivo. No Brasil, cidades como Curitiba, pioneira no modelo de logística, Belo Horizonte e Rio de Janeiro já adotaram o sistema. Países como Colômbia e China também possuem sistemas BRT. A vantagem desse modelo, em comparação ao metrô e ao VLT (veículo leve sobre trilhos), é o custo mais baixo na implementação e capacidade maior de transporte de pessoas. Werner Kraus Junior diz: “não tenho dúvida que o VLT, teleférico, metrô de superfície, tudo isso é viagem. A solução é ônibus”. Outro benefício do sistema é a redução significativa de insumos e custos operacionais para manutenção, tornando o sistema auto sustentável, reduzindo a zero os subsídios públicos. ☺

Leonardo Filomena

leonardo25.filomena@gmail.com

Icaro Navarro

navarro.icaro@gmail.com

## Lei de desapropriação foi sancionada em 1941

As grandes obras de infraestrutura muitas vezes necessitam de áreas particulares para sua realização. A União, os estados e municípios, amparados pelo Decreto Lei número 3.365 de 21 de junho de 1941, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, têm o poder de usar esses espaços, caso ele seja de utilidade pública.

Como primeiro passo do processo, é necessário que o Poder Executivo publique um decreto no Diário Oficial declarando a área de utilidade pública. O artigo 5º da lei especifica em que situações isso pode acontecer. No caso de uma duplicação ou construção de rodovia, a desapropriação se justificaria nos itens “i) a abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos; a execução de planos

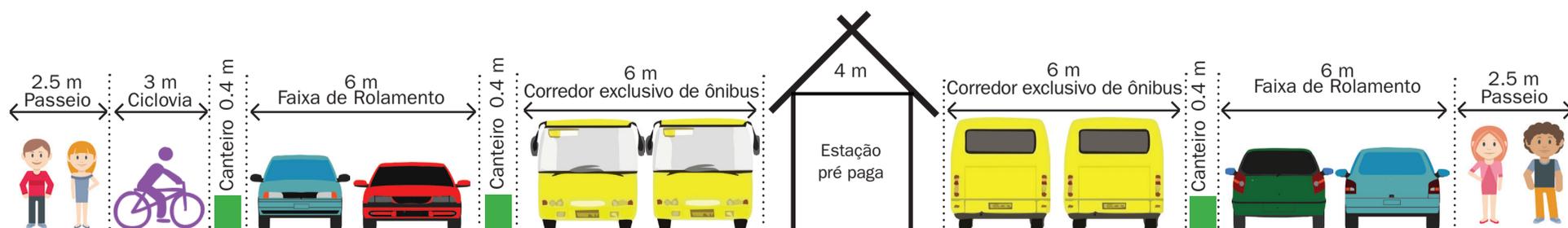
de urbanização.” e “j) o funcionamento dos meios de transporte coletivo”. Em seguida, um representante do Poder Público entra em contato com o proprietário do imóvel, pessoalmente ou por meio de carta, notificando sobre a declaração de utilidade e oferecendo um valor pelo imóvel a ser expropriado.

É importante ressaltar que a declaração é apenas o início do processo, e que a desapropriação só acontece depois de acordo entre as partes ou decisão judicial. Caso o proprietário do imóvel considere que o valor oferecido está abaixo da realidade, ele pode oferecer uma contra proposta ou acionar a Justiça, afim de que ela decida qual o valor justo pelo imóvel. Caso o processo seja levado à Justiça, o Poder Público é obrigado a depositar 80% do valor oferecido, e

o expropriado pode utilizar deste dinheiro até o fim do processo judicial, mesmo não concordando com a quantia. A lei ainda garante que o Poder Público pode deduzir dívidas fiscais e multas decorrentes de inadimplência, como IPTU, do valor indenizatório.

Em casos onde apenas parte do terreno é considerado útil, o proprietário pode solicitar a indenização completa da área ou até mesmo solicitar índice de construção, ou seja, poderá, conforme o Plano Diretor da cidade, construir verticalmente. É quase impossível impedir ou embargar qualquer decreto expropriatório. Após publicação do decreto, e se for ajuizada ação por parte do expropriado, não cabe discussão acerca da legalidade do processo, somente sobre o valor ofertado.

### PISTA COM ALARGAMENTO DE 37 M COM ESTAÇÃO DE EMBARQUE DO BRT





Vista aérea do trecho da Rua Deputado Antônio Edu Vieira que sofrerá maior impacto nas desapropriações para construção do trecho 1 do anel viário metropolitano

# Duplicação divide opinião dos moradores

Após 30 anos de espera, ampliação da Edu Vieira promete resolver problema do trânsito na capital

O trigésimo dia do mês de maio marcou o fim de uma espera de quase 30 anos pela obra de duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira, no bairro Pantanal, em Florianópolis. Indispensável para a melhoria do transporte no entorno do *campus* da UFSC e de toda a cidade, a obra está orçada em R\$36 milhões e tem previsão de durar três anos. Com o fim da espera, o sentimento que domina os moradores do bairro são as dúvidas e incertezas em relação ao andamento do projeto e as desapropriações necessárias.

O trecho de aproximadamente 2,3 mil metros vai da entrada do Córrego Grande, na Rua João Pio Duarte Silva, até o Armazém Vieira. A obra prevê a ampliação das pistas em até 37 metros, onde houver estações de ônibus pré-pagas, e 30 metros no restante do trecho. Serão construídos: um elevador, seis pistas de rolamento – duas delas exclusivas para o sistema de transporte coletivo Bus Rapid Transit (BRT) e quatro para veículos particulares –, calçadas e ciclovias. O projeto estabelece que a velocidade máxima no trecho será de 50km/h, além de cinco estações de parada central e mais 34 faixas de travessia elevada para pedestres.

Moradores criticam o projeto. O trecho entre a Eletrosul e o Armazém Vieira prevê 75 desapropriações de casas e comércios de ambos os lados da Edu Vieira. No total, serão cerca de 72 mil metros quadrados em desapropriações, com pagamento de indenizações estimada em cerca de R\$50 milhões, segundo Américo Pescador, engenheiro da Secretaria de Obras de Florianópolis.

O grande receio da moradora e líder comunitária Albertina da Silva de Souza é que as obras travem no trecho das desapropriações, causando desconforto entre a população da cidade e a comunidade do bairro e atrasando a conclusão da duplicação. Albertina, que vive a 22 anos no bairro, completa: “eles vão fazer até ali para pressionar a comunidade, isso é vergonhoso”.

Pescador garante que o processo de negociação já começou e vai correr paralelamente aos trabalhos dentro do *campus* universitário. Uma equipe da Secretaria iniciou os trabalhos de negociação com os moradores e cada caso será negociado individualmente. Outro ponto indicado pelo engenheiro é que quem tiver débitos ou dívidas de IPTU com a pre-

feitura terá esse valor abatido nas indenizações. A Secretaria de obras colocou como prazo três anos, considerando dois anos de obras e mais um ano para resolver as desapropriações, que, se forem levadas à Justiça, podem atrasar o processo de desocupação.

Com relação as objeções levantadas, o engenheiro é otimista. “São poucas as vozes que de fato se levantam contra a obra. Eu tenho percebido que a maioria dos moradores do bairro é a favor. O pessoal que mora mais afastado certamente vai ter uma visão ainda mais otimista, pois terão muitos benefícios”. Ao dimensionar os efeitos da duplicação sobre a cidade, Américo Pescador considera que a rua se tornará uma espinha dorsal ligando o Sul e o Norte da Ilha, comparável à Avenida Beira-mar Norte. “Hoje, você não concebe a cidade sem a beira-mar, e o mesmo se passa com a Edu Vieira. É uma ligação importantíssima”, conclui.

## Divergências

A duplicação divide opiniões dos moradores e comerciantes do bairro. Para o morador Antônio Vicente da Silva, “a obra tinha que ter sido feita há

## VISTA TRANSVERSAL DA PISTA ONDE O ALARGAMENTO FOR DE 30 M

